

# **Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.284	2.220
Clientes	4	789	393
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	120	35
Outros tributos compensáveis	5	975	2.630
Estoques	7	1.230	1.234
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>6.398</b>	<b>6.512</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	608	1.144
Outros tributos compensáveis	5	1.978	952
Tributos diferidos		1	2
		<b>2.587</b>	<b>2.098</b>
Imobilizado	9	314	214
		<b>314</b>	<b>214</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>2.901</b>	<b>2.312</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.299</b>	<b>8.824</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	200	297
Outros tributos a recolher	5	242	207
Dividendos	11	110	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	911	794
Partes relacionadas	6		350
Arrendamentos e aluguéis	8	52	25
Outras contas a pagar		81	52
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.596</b>	<b>1.725</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisões		100	100
Arrendamentos e aluguéis	8	72	
Partes relacionadas	6	128	
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>300</b>	<b>100</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13.1	7.053	7.053
Reservas de lucros	13.3	350	
Prejuízos acumulados			(54)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>7.403</b>	<b>6.999</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.299</b>	<b>8.824</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**OM PECÉM**

	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receitas</b>	14	7.845	7.576
<b>Custo</b>	15		
Custo de operação		(7.002)	(5.576)
<b>Lucro bruto</b>		<b>843</b>	<b>2.000</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	15		
Despesas gerais e administrativas		(299)	(908)
Outras despesas e receitas operacionais		(299)	(1.092)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>544</b>	<b>908</b>
<b>Resultado financeiro</b>	16		
Receitas financeiras		109	96
Despesas financeiras		(14)	(213)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>95</b>	<b>(117)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	17		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(124)	(196)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	11
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(125)</b>	<b>(185)</b>
		<b>514</b>	<b>606</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	18		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,07288	0,08592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Resultado do exercício</b>	514	606
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>514</u></u>	<u><u>606</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.527</b>	<b>-</b>	<b>(660)</b>	<b>867</b>
Aumento de capital AGE de 09/10/2020	5.526			5.526
Lucro líquido do exercício			606	606
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.053</b>	<b>-</b>	<b>(54)</b>	<b>6.999</b>

	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.053</b>	<b>-</b>	<b>(54)</b>	<b>6.999</b>
Lucro líquido do exercício			514	514
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		23	(23)	-
Dividendos propostos			(110)	(110)
Dividendo adicional proposto		327	(327)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.053</b>	<b>350</b>	<b>-</b>	<b>7.403</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		639	791
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Impostos diferidos			(10)
Depreciações e amortizações		46	37
Ajuste a valor presente		7	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(37)	(100)
		<u>655</u>	<u>718</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Clientes		(396)	(114)
Outros tributos compensáveis		(451)	3.052
Estoques		4	64
Outros ativos operacionais			4
		<u>(843)</u>	<u>3.006</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(97)	1
Outros tributos a recolher		1.362	(973)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		117	(72)
Outros passivos operacionais		(190)	(1.204)
		<u>1.192</u>	<u>(2.248)</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<u>1.004</u>	<u>1.476</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		114	(890)
		<u>1.118</u>	<u>586</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital social líquido			5.526
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures			(4.406)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(54)	
<b>Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento</b>	20.1	<u>(54)</u>	<u>1.120</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>1.064</u>	<u>1.706</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.284	2.220
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.220	514
		<u>1.064</u>	<u>1.706</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>9.148</b>	<b>8.835</b>
Receita operacional	9.148	8.835
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.014)</b>	<b>(1.064)</b>
Materiais	(125)	(16)
Serviços de terceiros	(855)	(901)
Outros custos operacionais	(34)	(147)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>8.134</b>	<b>7.771</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(46)	(37)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>8.088</b>	<b>7.734</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	115	101
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>8.203</b>	<b>7.835</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	4.006	3.495
Benefícios	959	980
FGTS	317	240
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.891	1.858
Estaduais	3	1
Municipais	457	442
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	14	213
Aluguéis	42	
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	110	
	<b>7.799</b>	<b>7.229</b>
Resultado líquido do exercício	404	606
	<b>8.203</b>	<b>7.835</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Pecém Operação e Manutenção de Unidade de Geração Elétrica S.A. (Companhia ou "PO&M") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2010, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e ENEVA S.A. (ENEVA). A Companhia tem por objeto social: (a) prestação de serviços de operação e manutenção de unidades de geração elétrica; (b) prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de carga e descarga de granéis incluindo, sem limitação, sistemas de descarregamento de granéis constituídos de descarregadores e correias transportadoras; (c) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista no Brasil e/ou no exterior; e (d) comércio varejista de partes e peças relacionadas a prestação de serviços relacionados nos itens (a) e (b).

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 08 de março de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 19.1.1.

### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos; e Provisões.

### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

#### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

### 2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	83	2.220
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.201	
Total	3.284	2.220

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 90,00% e 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 19.

4 Clientes

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 de R\$789 (R\$393 em 31 de dezembro de 2020) é totalmente vincendo e refere-se a contratos de prestação de serviços de operações e manutenções.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que a totalidade dos seus recebíveis estão relacionados à prestação de serviços perante às suas controladoras em conjunto. Em caso de dificuldades financeiras da Companhia, ambas as controladoras em conjunto poderão fazer aportes de capital. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que tais mostram-se controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 19.2.3.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2021
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.179	-	-	37	114	(553)	(49)	728
Total	1.179	-	-	37	114	(553)	(49)	728
Circulante	35	-	-	-	-	-	-	120
Não Circulante	1.144	-	-	-	-	-	-	608
<b>Outros tributos compensáveis</b>								
ICMS	118	-	(118)	-	-	-	-	-
PIS e COFINS	1.464	334	-	-	-	-	(221)	1.577
IRRF sobre aplicações financeiras	12	5	-	-	-	-	(2)	15
IR/CS retidos sobre faturamento	74	230	-	-	-	-	(73)	231
Outros	1.914	-	-	-	-	(784)	-	1.130
Total	3.582	569	(118)	-	-	(784)	(296)	2.953
Circulante	2.630	-	-	-	-	-	-	975
Não Circulante	952	-	-	-	-	-	-	1.978
<b>Passivos a recolher</b>								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	124	-	-	-	-	(124)	-
Total Circulante	-	124	-	-	-	-	(124)	-
<b>Outros tributos a recolher</b>								
PIS e COFINS	30	852	-	-	(60)	(553)	(221)	48
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	5	44	-	-	(45)	-	-	4
Encargos com pessoal	172	1.155	-	-	(584)	(553)	-	190
Total Circulante	207	2.051	-	-	(689)	(1.106)	(221)	242

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 11), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
		Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante	Operacionais	Operacionais
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	2021	2020
<b>Cientes (Nota 4)</b>							
<b>Serviço de Operação Portuária (a)</b>							
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Controle comum em conjunto	Indeterminado	387	-	-	5.227	5.037
Pecém II Geração de Energia S.A.	Controle comum em conjunto	Indeterminado	196	189	-	2.646	2.550
Pecém OM	Controle comum em conjunto	Indeterminado	206	204	-	1.276	1.248
			789	393	-	9.149	8.835
<b>Prestação de serviços - Backoffice (b)</b>							
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Controle comum em conjunto	01/05/2015 a 30/04/2025	-	-	350	128	(345)
			-	-	350	128	(345)
			789	393	350	128	8.804

**(a) Serviço de Operação Portuária:** O contrato é revisado anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e tem por objetivo a prestação de serviços de saúde, segurança operacional e monitoramento dos condicionantes ambientais do transportador dutoviário.

**(b) Prestação de serviços - Backoffice:** O contrato tem por objeto prestações de serviços de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral.

7 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$1.230 (R\$1.234 em 31 de dezembro de 2020) refere-se, principalmente, aos materiais utilizados na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termoelétricas.

8 Arrendamentos e aluguéis

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/12/2021
<b>Circulante</b>						
Veículos	25	52	(54)	28	1	52
<b>Total Circulante</b>	25	52	(54)	28	1	52
<b>Não circulante</b>						
Veículos	-	94	-	(28)	6	72
<b>Total Não circulante</b>	-	94	-	(28)	6	72
<b>Total</b>	25	146	(54)	-	7	124

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Veículos	
	Valor	Taxas (%)
<b>Circulante</b>		
2022	52	8,38
Total	52	
<b>Não Circulante</b>		
2023	49	8,38
2024	23	4,89
Total	72	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	138	124
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(13)	(11)

## 9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos itens, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### 9.1 Composição do imobilizado

	Taxa média de depreciação %	31/12/2021			Taxa média de depreciação %	31/12/2020		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Ativos de direito de uso (Nota 9.1.1)								
Veículos	33,33	146	(24)	122	33,33	95	(73)	22
Total Ativos de direito de uso		146	(24)	122		95	(73)	22
Imobilizado em curso								
Administração		192	-	192		192	-	192
Total do imobilizado em curso		192	-	192		192	-	192
Total imobilizado		338	(24)	314		287	(73)	214

#### 9.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

### 9.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Ingressos	Depreciações	Saldo em 31/12/2021
Ativos de direito de uso				
Veículos	22	146	(46)	122
Total Ativos de direito de uso	22	146	(46)	122
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	20	-	-	20
Outros	172	-	-	172
Total do imobilizado em curso	192	-	-	192
Total do imobilizado	214	146	(46)	314

## 10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$200 (R\$297 em 31 de dezembro de 2020), é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços de manutenção.

## 11 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2020	Dividendos propostos	31/12/2021
ENEVA S.A.	-	55	55
EDP - Energias do Brasil	-	55	55
	-	110	110

## 12 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Folha de pagamento	787	709
INSS e FGTS	124	85
Total	911	794

### 13 Patrimônio líquido

#### 13.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$7.053 representado por 7.053.366 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Acionistas				
EDP - Energias do Brasil S.A.	3.526.683	50,00	1.682.009	50,00
ENEVA S.A.	3.526.683	50,00	1.682.009	50,00
Total	7.053.366	100,00	3.364.018	100,00

#### 13.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		514	606
Prejuízos acumulados		(54)	(660)
Lucro líquido ajustado		460	(54)
Constituição da reserva legal - 5%	13.3	(23)	
		437	(54)
<b>Destinação do lucro</b>			
Dividendos proposto		110	
Dividendo adicional proposto		327	
		437	-

#### 13.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2021
Reservas de lucros		
Legal	13.3.1	23
Dividendo adicional proposto		327
Total		350

##### 13.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

### 14 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base da demonstração financeira em função da sua competência.

	2021	2020
Receitas operacionais	9.148	8.835
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>9.148</b>	<b>8.835</b>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(846)	(817)
ISS	(457)	(442)
<b>Total deduções da receita operacional</b>	<b>(1.303)</b>	<b>(1.259)</b>
<b>Receita</b>	<b>7.845</b>	<b>7.576</b>

15 Gastos operacionais

	Nota	2021			2020			
		Despesas e Receitas operacionais			Despesas e Receitas operacionais			
		Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Total	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	15.1	5.922	275	6.197	4.693	874	-	5.567
Material		125		125		16		16
Serviços de terceiros	15.2	855		855	803	98		901
Depreciação - Ativos de direito de uso		46		46	37			37
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				-				-
Arrendamentos e aluguéis		42		42				-
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				-				-
Valor justo do ativo financeiro indenizável				-				-
Custo com construção da infraestrutura				-				-
Outras		12	24	36	43	4	184	231
Total		7.002	299	7.301	5.576	992	184	6.752

15.1 Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal		
Remuneração	3.413	2.996
Encargos	1.171	1.091
Previdência privada - Corrente	58	61
Despesas rescisórias	185	28
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	469	472
Outros benefícios - Corrente	900	899
Outros	1	20
Total	6.197	5.567

15.2 Serviços de terceiros

	2021	2020
Serviços de consultoria	349	433
Serviços de limpeza e vigilância	251	255
Serviços de informática	203	182
Serviços de transporte	1	11
Outros	51	20
Total	855	901

16 Resultado financeiro

	Nota	2021	2020
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		76	
Juros e multa sobre tributos	5	37	100
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(6)	(5)
Outras receitas financeiras		2	1
Total		109	96
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos			(112)
Arrendamentos e aluguéis		(7)	(4)
Outras despesas financeiras		(7)	(97)
Total		(14)	(213)
Total		95	(117)

17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	639	791
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(217)	(269)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outras	(1)	(7)
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	65	62
Outras	28	29
Despesa de IRPJ e CSLL	(125)	(185)
Alíquota efetiva	20%	23%

## 18 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	514	606
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	7.053	7.053
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,07288	0,08592

## 19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 19.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

#### 19.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	3.201		3.201	
			3.201	-	3.201	-
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	83	2.220	83	2.220
Clientes	4	Nível 2	789	393	789	393
			872	2.613	872	2.613
			4.073	2.613	4.073	2.613
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	10	Nível 2	200	297	200	297
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		Nível 2	128	350	128	350
Arrendamentos e alugueis	8	Nível 2	127	25	124	25
			455	672	452	672

#### 19.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

### 19.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

### 19.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

#### 19.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

### 19.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos ao Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão de Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

#### 19.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

#### 19.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.201	337	337	162	328	(160)	(316)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>		<b>3.201</b>	<b>337</b>	<b>337</b>	<b>162</b>	<b>328</b>	<b>(160)</b>	<b>(316)</b>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,9% e 11,2% a.a.

### 19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Clientes (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2021				31/12/2020	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores			200		200	297
Arrendamentos e aluguéis	4	4	44	72	124	25
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				128	128	350
	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>244</u>	<u>200</u>	<u>452</u>	<u>672</u>

### 19.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

#### • Clientes

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo, uma vez que a totalidade das transações da Companhia são realizadas com suas controladoras em conjunto.

#### • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 19.2.4 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

## 20 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 20.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2021				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		
			AVP	Adições	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>					
Dividendos	-			110	110
Arrendamentos e aluguéis	25	(54)	7	146	124
	<u>25</u>	<u>(54)</u>	<u>7</u>	<u>256</u>	<u>234</u>
	2020				
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2020		
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	4.406	(4.406)	-		
<b>Acionistas não controladores</b>					
Capital social	1.527	5.526	7.053		
	<u>5.933</u>	<u>1.120</u>	<u>7.053</u>		

### 20.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa nos exercícios de 2021 e 2020, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	110	
Aumento de capital com integralização de AFAC		5.526
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	146	
Total	<u>256</u>	<u>5.526</u>

**21 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2021			31/12/2020		
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	A partir de 2027	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	66	118	102		286	
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.176	932	283	29	2.420	1.453
	1.242	1.050	385	29	2.706	1.453

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2021			31/12/2020		
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	A partir de 2027	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	64	127	127		318	
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.141	998	343	44	2.526	1.491
	1.205	1.125	470	44	2.844	1.491

\* \* \*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**  
Conselheiro

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Conselheiro

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**  
Conselheiro

**Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**  
Conselheiro

**Pablo Arguelles Tuñón**  
Conselheiro

**Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**  
Conselheiro

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**Gustav Costa**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**  
Diretor de Construção e Operação

**CONTABILIDADE**

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor Executivo de Contabilidade  
CRC 1SP271964/O-6 "S" CE